

PARA INGLÊS VER OU PARA SERVIR A SOCIEDADE? o modelo de articulação da teoria com a prática em um curso de formação policial

*Márcio José Freire Ribeiro**

*Emmanuelle Arnaud Almeida***

RESUMO: O objetivo deste artigo foi identificar o modelo de articulação da teoria com a prática dos Cursos de Formação Profissional (CFP) da Polícia Rodoviária Federal (PRF) do período de 2014 a 2016. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, com coleta de dados em entrevistas semiestruturadas com docentes e tratamento por análise de conteúdo. Os resultados indicaram para uma concepção docente de aplicação do ensino segundo a práxis. Essa concepção materializou-se no uso de técnicas de ensino variadas, destacando-se a utilização da experiência policial docente como meio de aproximação do aluno à realidade da profissão. Entretanto, a impossibilidade de oferecer ao aluno em formação atividades didáticas no próprio ambiente profissional mostrou-se um elemento mitigador para o modelo da práxis identificado. Concluiu-se que a superação desse entrave é crucial para o aprimoramento da articulação teoria-prática no processo de formação da PRF.

Palavras-chave: Profissão Policial. Formação policial. Teoria e prática. Curso de Formação Profissional. Polícia Rodoviária Federal.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v4i8.102>

Recebido em 8 de maio de 2020.

Aprovado em 8 de dezembro de 2020

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Polícia Rodoviária Federal (PRF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7304-2549> - CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4800548344473239>

** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2921-5430> - CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2523533774558212>

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto dos resultados parciais da pesquisa intitulada “Colou as placas, aluno?” A articulação entre teoria e prática no curso de formação da Polícia Rodoviária Federal”, desenvolvida no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). O objetivo deste artigo é identificar o modelo de articulação da teoria com a prática dos Cursos de Formação Profissional (CFP) da Polícia Rodoviária Federal (PRF) do período de 2014 a 2016.

Inicialmente, parte-se da profissão policial como bastante complexa (BITTNER, 2003; GOLDSTEIN, 2003). Essa complexidade decorre das inúmeras atividades possíveis de serem executadas por um policial, as quais nem sempre se relacionam entre si, tais como policiamento a pé e motorizado, resgate de vítimas em acidentes, mediação de conflitos entre vizinhos ou familiares, prisão de pessoas, proteção de autoridades, liberação de vias bloqueadas por manifestantes, negociação de reféns sob ameaça de terceiros, dentre outros. O que definiria, portanto, a profissão policial, ou seja, o conteúdo do que faz a polícia?

Bittner (2003), em conceito bastante aceito nos meios acadêmicos, defende que o conteúdo da profissão policial engloba um conjunto de atribuições não homogêneas com possibilidade de uso da força perante terceiros. Além disso, o conteúdo da supracitada profissão também exigiria do indivíduo o preparo para a tomada de decisão em situações de alto grau de volatilidade e aleatoriedade (MUNIZ, 2001).

Além do conteúdo da profissão, é importante reconhecer como característica inerente à profissão policial a constante exposição de seus integrantes a estresse emocional devido à possibilidade de cometimento de erro irreparável, a uma permanente exposição ao perigo e à necessidade de uma postura de hipervigilância (MINAYO, 2014).

A complexidade envolvida no trabalho policial pode ser comprovada pela análise da letalidade de terceiros em ações policiais. No Brasil, 10,8% das mortes violentas intencionais são atribuídas às intervenções policiais. Na Colômbia, país com características econômicas e sociais semelhantes ao Brasil, esse percentual cai para 1,5% (BUENO e et al., 2019), ou seja, no Brasil, a letalidade da polícia brasileira é sete vezes maior que a colombiana.

Por outro lado, a vitimização dos policiais brasileiros também é elevada se comparada às taxas de homicídios de civis. Em estudo sobre a letalidade de policiais militares do Estado de São Paulo, Fernandes (2016) comparou as taxas de homicídios de civis com a dos integrantes da PMSP e constatou, ao final, que a taxa de mortes dos integrantes da PMSP foi quase cinco vezes a taxa de civis registrada daquele Estado.

As dificuldades no exercício da profissão, expostas no elevado grau de letalidade e vitimização de seus agentes, demonstram a importância de se contar com profissionais adequadamente preparados para as demandas dessa profissão. O contexto descrito aponta para a relevância de se pesquisar como se desenvolve o processo de ensino da formação do policial.

A formação é o processo educativo responsável pela transformação do homem comum em policial, capacitando-o nos saberes necessários para assumir as heterogêneas atribuições da profissão. De uma forma geral, o processo formativo engloba elementos teóricos e práticos que culminam na aprendizagem como *output* do processo. O componente teórico corresponde ao conhecimento intelectual, enquanto o componente prático diz respeito ao conhecimento voltado para ação. A relação teoria-prática adotada na formação policial pode ser lastreada na realidade profissional ou dela se distanciar e, neste caso, não preparar adequadamente o policial para o contexto da atividade.

Lastreado nas possibilidades de articulação entre teoria e prática proposta por Candau (2002), o presente trabalho

investigou qual o modelo de articulação dessas dimensões epistemológicas identificado nos CFPs da PRF realizados nos anos de 2014 a 2016. Para esse desiderato, foi realizada uma pesquisa de campo com coleta de dados com 14 docentes que atuaram em, pelo menos, um dos cursos de formação do período. Antes da discussão dos resultados obtidos, discutir-se-ão os conceitos teóricos necessários à compreensão do objeto de pesquisa.

2. TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO POLICIAL

Historicamente, a formação policial no Brasil tem sido marcada por um ensino dissociado da realidade, não preparando o futuro policial adequadamente para a complexidade da atividade (MUNIZ, 2001). Segundo alguns autores, um traço específico da cultura policial é a pouca valorização do ensino das academias de polícias, prevalecendo uma visão de que o bom policial é formado nas ruas, o que retroalimenta o distanciamento entre o ensino das academias e a realidade das atividades cotidianas do policial (MIRANDA, 2008; MUNIZ, 2001).

O cenário descrito levou estudiosos a pesquisarem a formação policial e sua dinâmica, bem como a relação dessa formação com a atuação dos profissionais na atividade. Dessa forma, foram produzidos relevantes estudos sobre as práticas formativas das polícias militares (SILVA; VILARINHO, 2018; FRANÇA; GOMES, 2015; BRUNETTA, 2015; BEM; SANTOS, 2016; SILVA, 2012; BASÍLIO, 2010) e das polícias civis (HAGEN, 2006; SCHABBACH, 2015), ou de ambas (PONCIONI, 2005, 2007).

Em alguns desses estudos, constatou-se uma práxis de formação contraditória materializada na dissociação entre a formação prevista no discurso oficial e a que efetivamente ocorre nos corredores das academias e centros de formação policial (PONCIONI, 2005; FRANÇA; GOMES, 2015; BRUNETTA, 2015). Esse currículo

“oculto” seria permissivo ao cometimento de abusos visando formar o arquétipo *ethos* guerreiro. O sofrimento e a humilhação seriam, portanto, instrumentos à disposição da transformação do novato em policial (FRANÇA; GOMES, 2015). Dessa maneira, ter-se-ia em muitas instituições policiais brasileiras uma formação voltada para os interesses internos da instituição, no jargão popular seria uma formação “para inglês ver”, quando se espera que a preparação desses alunos forjasse policiais adequadamente preparados para cumprir sua missão na sociedade.

Sem desconsiderar a cultura como importante elemento da construção da identidade do policial (MONJARDET, 2002; BRUNETTA, 2015; FRANÇA; GOMES, 2015), entende-se como relevante conhecer o processo de ensino formativo para a compreensão da dissociação entre o que se ensina e o que se vivencia na atividade policial.

A formação policial é um processo educativo com dupla finalidade: transmissão de um conjunto de técnicas que habilitarão o aluno ao exercício da profissão (MUNIZ, 2001) e também atua como elemento de formação da identidade policial (PONCIONI, 2005), o que motivou Monjardet (2002) a denomina-los de aspectos formal e informal do processo formativo. Como qualquer processo educativo, a formação incluiu um processo de ensino mediador das relações entre instituição e alunos.

O processo de ensino é uma sequência de atividades dos sujeitos do ensino (professor e aluno), que, sob a direção do professor, visa à assimilação dos alunos nos conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções (LIBÂNEO, 1990). Uma das etapas mais importantes desse processo é a aplicação do ensino.

A aplicação do ensino consiste em estabelecer vínculo entre os conteúdos do ensino e a vida, de modo a construir no aluno a autonomia e a criticidade dentro de seu contexto social (LIBÂNEO, 1990). Ainda segundo o autor, a aplicação é bem sucedida

quando constrói no aluno a capacidade de interpretar e analisar a realidade para nela intervir (LIBÂNEO, 1990). Em suma, a aplicação do ensino é bem sucedida quando articula adequadamente teoria e prática ao contexto do aluno para produzir uma aprendizagem relevante.

Avançando nos conceitos essências do estudo, a teoria é definida como “o movimento do pensamento, do ato cognitivo para compreender determinado fenômeno que se expressa na realidade” (ASSIS; ROSADO, 2012, p. 204). A dimensão prática, por sua vez, é frequentemente associada ao ato de agir e ao movimento, ou seja, a prática e se traduz numa ação intersubjetiva consciente (CANDAU, 2002).

Articular é estabelecer uma relação entre objetos distintos. Segundo Candau (2002), teoria e prática podem se relacionar entre si de forma dicotômica e na forma de unidade. Na forma dicotômica, comporta duas subdivisões: na primeira, teoria e prática são polos em oposição (visão dissociativa); na segunda, a associação acontece pelo entendimento da prática como aplicação da teoria, implicando uma relação hierárquica de submissão da prática à teoria (visão associativa). Por fim, o terceiro modelo corresponde à unidade entre teoria e prática que se articulam de modo indissociável, formando a práxis. O Quadro 1 demonstra essas possibilidades.

professores, por sua vez, têm estreita relação com a didática, entendida como subárea da pedagogia que estuda o fenômeno do ensino como prática social. As práticas docentes podem revelar

elementos extremamente importantes, tais como a problematização, a intencionalidade para encontrar soluções, o alargamento de visão, a experimentação metodológica, o enfrentamento de situações de ensino complexas, as tentativas mais radicais, mais ricas e mais sugestivas de uma didática inovadora, que ainda não está configurada teoricamente (PIMENTA e et al., 2013, p. 147).

Aproximando a discussão da aplicação do ensino à formação policial, alguns autores identificaram a existência um divórcio entre a formação inicial e a realidade da profissão policial. Muniz (2001) identificou uma insatisfação entre jovens policiais militares do Rio de Janeiro por terem recebido um ensino formativo baseado no protocolo militar e inadequado para o cotidiano da profissão. Monjardet (2002) mencionou uma pesquisa realizada na França em que dois terços dos policiais consideraram a formação inicial inadequada para atender às demandas profissionais e concluiu que a complexidade das interações do trabalho policial encontra dificuldades para ser reproduzido no ambiente de formação (MONJARDET, 2002).

Quadro 1 – Modelos de articulação teoria-prática

Concepção Dicotômica		Concepção de Unidade
Dissociativa	Associativa	
Teoria e prática são polos em oposição	Teoria se submete à prática ou vice-versa.	Práxis – relação indissociável e harmônica entre teoria e prática.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir de Candau (2002).

Um dos caminhos investigativos das relações entre teoria e prática de determinado campo profissional pode ser buscado na prática docente. Pimenta e et al. (2013) informam-nos que a pedagogia tem o compromisso de ampliar os conhecimentos sobre a ação de educar nos seus diversos contextos (escola, sociedade). As práticas dos

A despeito das críticas à formação policial, Balestreri (1998) reconhece que a mudança nas práticas formativas ainda é o melhor e mais imediato instrumento à disposição dos gestores de segurança pública para promover mudanças nas práticas profissionais dos operadores de segurança pública. No processo formativo dos novos policiais, o docente exerce relevante

contribuição por mediar a relação do aluno com o ambiente e a cultura policial. Balestreri (1998, s.p.) advoga a importância do cuidado na formação dos professores que atuam na formação policial. Para o citado autor,

um bom currículo e professores habilitados não apenas nos conhecimentos técnicos, mas igualmente nas artes didáticas e no relacionamento interpessoal, são fundamentais para a geração de policiais que atuem com base na lei e na ordem hierárquica, mas também na autonomia moral e intelectual.

Dentre as diversas medidas adotadas para a reformulação da formação policial, merece destaque a criação da Matriz Curricular Nacional (MCN) no ano de 2003. A MCN nasceu com a pretensão de ser um instrumento norteador da formação dos policiais no Brasil sob princípios que respeitem os direitos e as garantias fundamentais dos cidadãos. A MCN, em sua versão atual de 2014, sintetizou o trabalho científico de diversos profissionais que discutiram e apresentaram propostas para a reformulação dos cursos de formação policial por meio de uma

abordagem curricular pautada no paradigma da complexidade que contemple a teoria e a prática articuladas pela inclusão da problematização, tendo as metodologias de ensino ativo como modelos de referência para gerar situações de aprendizagem que possibilitem a “transferência de conhecimento”, ou seja, a capacidade de aplicar conhecimentos prévios em novos contextos, com o objetivo de identificar similitudes e diferenças para agir na nova situação, gerando, portanto, adaptação a quaisquer situações inerentes às competências profissionais e as novas competências que se fizerem necessárias. (BRASIL, 2014, p. 16).

Para alcançar esse resultado, a MCN (BRASIL, 2014) preconizou como diretriz para a formação policial a articulação entre teoria e prática por meio da utilização de metodologias com vistas a um ensino que permita ao policial criticidade e reflexividade de suas ações.

Assim, com base nas discussões teóricas deste subitem, pode-se afirmar que o docente possui papel crucial no processo

formativo dos novos policiais. Dessa forma, foi necessário conhecer a prática docente como instrumento essencial na investigação do modelo de articulação da formação na PRF.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo é de natureza exploratória lastreado em pesquisa de campo. O lócus de investigação foi o curso de formação profissional (CFP) da Polícia Rodoviária Federal, do qual fazem parte gestores, coordenadores pedagógicos, professores e alunos. O objeto desta pesquisa foram os primeiros cursos realizados após a criação da Universidade Corporativa da PRF (UniPRF), ou seja, os CFPs realizados nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os sujeitos da pesquisa formam os docentes que atuaram em algum desses cursos. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (IFPB/CEP 2019).

O quadro de docentes da PRF em 2019 era de 902 docentes, os quais compõem o universo da pesquisa (DPRF, 2019). Em virtude de dificuldades de acesso aos docentes, os quais estão localizados em todos os Estados do país, a amostragem foi realizada na modalidade por acessibilidade ou conveniência. Segundo Gil (2008, p. 94), nessa modalidade, “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”.

Os critérios de participação dos sujeitos da pesquisa, cumulativamente, foram os seguintes:

- a) Ser voluntário para participação;
- b) Ter atuado na docência em, pelo menos, um CFP do período da pesquisa (2014 a 2016);
- c) Ser servidor ativo na época do exercício da docência.

Tendo em vista a técnica de saturação, na qual se limita a participação dos

sujeitos após detecção de repetição de respostas durante a coleta de dados, chegou-se ao total de catorze participantes que constituíram a amostra da pesquisa. Os participantes residiam nas seguintes regiões do país: 04 da Região Nordeste, 03 da Região Sudeste, 03 da Região Centro-Oeste, 03 da Região Sul e 01 da Região Norte. Quanto ao gênero, do total de participantes, 10 eram do gênero masculino e 04, do gênero feminino. Os participantes possuíam tempo de trabalho na PRF que variou de 14 a 25 anos. Quanto ao tempo de docência na formação policial, os sujeitos possuíam de 05 a 19 anos de experiência nessa atividade.

A entrevista é uma conhecida técnica de coleta de dados amplamente utilizada na pesquisa social por se constituir numa relação de interação entre fonte e pesquisador por meio de um diálogo assimétrico (GIL, 2008). O instrumento de coleta utilizado foi o roteiro de entrevista semiestruturada. A opção pela entrevista semiestruturada permitiu o aprofundamento dos temas não contemplados nas perguntas previamente elaboradas.

As entrevistas aconteceram no período de 07 de novembro de 2019 a 21 de janeiro de 2020. A duração das entrevistas com os docentes variou bastante, sendo a mais curta com duração de 22 minutos e a mais longa, 1 hora e 07 minutos. As entrevistas com os docentes tiveram como escopo conhecer o processo de ensino do CFP do período 2014-2016, sobretudo como

os sujeitos da pesquisa articularam a teoria com prática nesse processo.

Apenas uma entrevista foi realizada presencialmente, as demais foram realizadas remotamente por meio do programa Meet, do Google, em virtude de esses participantes não residirem no Estado da Paraíba. Em ambas as modalidades, o áudio de cada entrevista foi gravado após prévia comunicação ao participante.

O material escrito das entrevistas com os docentes passou pelo tratamento de dados, seguindo o método da análise de conteúdo de Bardin. Segundo Bauer (2002, p. 191), a análise de conteúdo, na perspectiva da autora francesa, “é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada”. Assim, o material produzido nas entrevistas com os docentes seguiu as três fases da análise de conteúdo propostas por Bardin (1977): pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação.

O tratamento do material consistiu em definir a sentença temática como unidade de registro (UR). A partir da leitura do material, as URs foram alocadas em categorias temáticas. Segundo Câmara (2013), as categorias temáticas podem nascer do referencial teórico, do próprio texto coletado ou de ambos. O presente artigo traz os resultados da categoria temática “a aplicação do ensino no CFP”, terceira categoria prévia da pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição da Categoria Aplicação do Ensino no CFP

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	CRITÉRIO
A aplicação do Ensino no CFP	1. Concepções da relação entre teoria e prática no CFP	Tomando-se por base o conceito de aplicação como o vínculo entre os conteúdos ensinados e a vida, de modo a construir no aluno a autonomia e criticidade dentro de seu contexto social (LIBÂNEO, 1990), esta categoria agrupou as URs que tratavam o modo como a teoria e a prática se articularam durante o processo de ensino.
	2. Métodos e técnicas de articulação da teoria com a prática	
	3. A experiência policial como elemento de articulação	
	4. Situação Jurídica do aluno como limitador da articulação teoria-prática	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O critério de inclusão temática da categoria e as subcategorias foi lastreado no conceito de aplicação de ensino proposto por Libâneo (1990). Foram incluídos na categoria os discursos das entrevistas que tratavam dos subtemas da categoria. Na fase de interpretação, realizou-se o esforço de ir além do significado latente, buscando as significações subjacentes à mensagem (CÂMARA, 2013). Assim, foi possível estabelecer um diálogo entre os marcos teóricos deste estudo e os achados, para se chegar ao objetivo da pesquisa (BAUER, 2002).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) possui um efetivo de 10.154 policiais ativos em 2018 (FENAPRF, 2018). No que se refere às estruturas administrativa e hierárquica, estas diferem entre as organizações policiais. A PRF é a única agência policial estruturada em cargo único¹, inexistindo, portanto, cargos distintos de gestores e executores. A assunção às funções de direção se dá por nomeações de policiais do cargo que retornam à atividade finalística quando encerrado o período de exercício de gestor.

A PRF possui um quadro de aproximadamente 10.000 policiais. Administrativamente, a Polícia Rodoviária possui uma sede central, localizada em Brasília/DF, uma Universidade Corporativa (UniPRF), localizada na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, 27 unidades administrativas nos Estados (Superintendências) e aproximadamente 150 delegacias, estas últimas responsáveis pelo trabalho operacional.

O ingresso no CFP constitui-se uma das fases do concurso para ingresso no cargo de policial rodoviário federal. Durante muitos anos, o citado cargo exigia apenas a conclusão do nível médio para ingresso. Com o advento da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008,

esse posto passou a ser de nível superior (BRASIL, 2008). A carreira de policial rodoviário, diferente das demais forças de segurança pública do país, estrutura-se em cargo único que, por sua vez, é ramificado em quatro classes (BRASIL, 2008).

As etapas do concurso incluem provas de conhecimentos, psicotécnico, exames médicos, capacidade física e investigação social. O curso de formação profissional (CFP), última etapa do concurso, tem por finalidade preparar o candidato para o exercício das atribuições da carreira. O curso de formação da Polícia Rodoviária Federal tem duração média de 3 meses. A aprovação no CFP se dá pelo êxito em atingir a nota média mínima dos componentes curriculares que compõem o referido curso. Essa nota média não é uniforme e segue as especificações do edital do concurso correspondente.

Há alguns anos, por inexistir um espaço único que comportasse todos os candidatos, o CFP da PRF era realizado em centros regionais distribuídos em locais estratégicos do país, e os alunos eram encaminhados para esses centros, a fim de realizar a sua formação. De 2014 em diante, a PRF inaugurou sua primeira Academia de Polícia Rodoviária Federal (ANPRF) – posteriormente alterada para UniPRF – que passou a centralizar, em uma única unidade de ensino, todos os processos, recursos e pessoas envolvidas nas ações de ensino da instituição. A Tabela 1 apresenta os dados gerais dos CFPs abrangidos pela pesquisa.

¹ Nas Polícias Cíveis, em geral, e na Polícia Federal, os delegados ocupam os cargos diretivos, e a base institucional é composta por escrivães, agentes,

papiloscopistas e peritos. Na Polícia Militar, os oficiais são responsáveis pelas funções diretivas, e as praças, pelas funções executivas da atividade de policiamento.

Tabela 1 - Dados gerais dos CFPs de 2014 a 2016.

CFP	Período	Duração (dias)	Total de formados	Total de docentes	Relação Aluno/Docente
2014	19/02 a 23/05/14	93	1.226	375	3,26
2015	15/06 a 25/09/15	102	124	85	1,45
2016	16/02 a 25/05/16	760	803	357	2,24

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A apresentação dos resultados da análise de conteúdo da categoria Aplicação do Ensino no CFP será feita didaticamente por cada das subcategorias descritas n Quadro 2.

4.1 CONCEPÇÃO DOCENTE DA RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NO CFP

Na aplicação do ensino, o primeiro tema abordado foi a concepção que os docentes tinham da relação entre teoria e prática. Conhecer essas concepções assume uma importância vital por se constituírem em pressupostos da prática docente (BATISTA; GOUVEIA; CARMO, 2016). Do total de entrevistados, dez trouxeram falas relativas à relação entre teoria e prática, sendo que quatro conceberam a relação teoria e prática no modelo associativo da prática sobre a teoria, e seis identificaram essa relação com a práxis.

Um dos conteúdos da formação policial compreende a operação de diversos equipamentos específicos da atividade, a exemplo de armas letais e não letais e equipamentos de proteção individual, como coletes e viaturas. Em virtude de a formação preparar para a utilização desses equipamentos, os entrevistados 7, 11 e 12 e 14 compreenderam a relação teoria-prática de forma associativa com prevalência da prática sobre a teoria, como está expresso nas falas dos docentes 12 e 7.

(...) vamos dizer aí que, que 85% a 90%, noventa e tantos por cento aí que dá... até 90% da vivência, ela é prática, ou seja, costume dizer que é teórico-prática, mas é executando em seco em atirar, um tiro real, mas praticando com o armamento, e aí o tiro propriamente

dito, né, ela com certeza é 90% é operativo e 10% teórica. (DOC-12).

Nas falas identificou-se uma clara associação entre a concepção sobre a relação teoria e prática com o ensino operativo de técnicas e uso de equipamentos policiais. Eu acho que é nesse sentido que a gente... por isso que a gente faz mais de 70%... quase 70% as aulas de APH prática, porque o que que acontece? Tu vai adestrando o neurônio, adestrando a tua massa muscular em fazer o comportamento diante daquela situação que ele tem que agir (DOC-7).

Durante a análise, identificou-se que alguns docentes (1, 3, 5, 6, 8, 9) possuíam uma concepção de uma relação indissociável entre teoria e prática. Assim, o entrevistado 8 falou de um “balanceamento” necessário entre elementos teóricos e práticos. O docente 9 arrematou que o conhecimento teórico de sua disciplina “caminha junto com a parte prática desde o primeiro dia ao último dia de instrução” (DOC-9). O docente 6 explicou como funciona essa visão integrativa da teoria com a prática

Então assim, a teoria e a prática no curso de formação policial elas não podem andar separadas, porque uma coisa depende da outra, não só na disciplina de AMT, que uma coisa não vai se a outra não for, mas também eu acho que CVP é a mesma coisa, principalmente as disciplinas de práticas do dia-a-dia que o policial vai ter que passar. Então ele tem que ter o conteúdo teórico pra poder ele aplicar o prático, ele não vive um sem o outro, não tem como viver (DOC-6).

Segundo Candau (2002), a práxis harmoniza a relação entre teoria e prática, concebendo-os como uma unidade indissolúvel e necessária, como expresso nas falas destacadas. A constatação de que a

maior parte dos docentes concebe o ensino policial no CFP como práxis é bastante positiva e gera a expectativa de que as ações do ensino formativo a cargo desses profissionais – planejamento, estruturação da aula, técnicas empregadas e avaliação – sejam influenciadas por essa concepção.

4.2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE ARTICULAÇÃO DA TEORIA COM A PRÁTICA

Conforme dito no subitem anterior, a concepção docente sobre a relação teoria e prática refletirá em suas opções didáticas: métodos e técnicas de ensino. Os métodos de ensino correspondem aos caminhos escolhidos pelo professor para o alcance dos objetivos gerais e específicos (LIBÂNEO, 1990). O método possui um caráter geral e necessita das técnicas de ensino, de natureza instrumental, para ser operacionalizado (PILLETI, 2004). Dessa forma, o Quadro 3 descreve as técnicas e métodos empregados pelos docentes para articularem as dimensões teórico-práticas durante as aulas do CFP.

106). Pode-se afirmar que todos os docentes fizeram uso dela como ponto inicial para desenvolvimento de outras técnicas de ensino em um roteiro de aula cotidiano do CFP, como se vê na fala do entrevistado 9.

Todo início, no início da aula sempre teve uma exposição dialogada, uma contextualização daqueles movimentos que nós vamos fazer, por exemplo, nas aulas de utilização de algema a gente começa falando sobre aspectos legais do uso da algema, quando eu posso fazer uma busca pessoal num suspeito, o que é um suspeito, o que é uma atitude suspeita. Então a gente tem uma contextualização teórica no início da instrução bem básica, só pra contextualizar o aluno ali no porquê, e quando ele pode utilizar aquelas técnicas. Então geralmente no início da aula tem uma contextualização teórica de aspectos legais geralmente (DOC-9).

A preocupação com a contextualização foi lembrada por cinco docentes, conforme o Quadro 5. A contextualização, a transversalidade e a interdisciplinaridade têm o papel de instigar nos alunos em formação a adoção de uma postura crítica da realidade e de suas próprias

Quadro 3 - Métodos e Técnicas utilizados pelos docentes

ESTRATÉGIA DE ENSINO	DOCENTES QUE A UTILIZARAM
Aula expositiva	Todos
Contextualização	DOC-5, DOC-11, DOC-12, DOC-13, DOC-14
Estudo de caso	DOC-3, DOC-11, DOC-13, DOC-14
Demonstração/Aula prática	DOC-3, DOC-4, DOC-5, DOC-6, DOC-8, DOC-9, DOC-10, DOC-12, DOC-14
Estudo-dirigido/oficina	DOC-1, DOC-2, DOC-6, DOC-14
Simulação/Dramatização	DOC-2, DOC-4, DOC-6, DOC-7, DOC-8, DOC-9, DOC-11
Estresse como técnica	DOC-4, DOC-6, DOC-7
Outras	DOC-3, DOC-5, DOC-8, DOC-10, DOC-13

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No Quadro 3, verifica-se que a aula expositiva foi a técnica mais popular. Essa técnica corresponde à “exposição de um tema logicamente estruturado” (PILLETI, 2004, p.

ações (BRASIL, 2014). Essa preocupação em propiciar um ensino para os desafios reais da profissão policial foi explicada pelo docente 6.

A gente procura sempre contextualizar aquilo que você tá passando pro aluno que de alguma forma ele vai utilizar aquilo na sua vida profissional. Então a gente sempre contextualiza e a gente sempre explica "esse exercício simula isso aqui, uma situação que pode ocorrer com você naquele momento. Então isso, aqui não é à toa que a gente tá passando, não é fantasiando, é uma coisa que realmente pode acontecer e se acontecer você vai saber como tomar sua decisão nesse momento. O que você vai usar, qual a técnica que você vai usar" (DOC-6).

Avançando nas metodologias utilizadas, chega-se ao estudo de caso mencionado por quatro docentes. No estudo de caso, os docentes propõem situações para que os alunos façam análises e apresentem possíveis soluções (BRASIL, 2014). Os casos trazidos pelos docentes fazem parte das experiências vivenciadas na atividade policial, enriquecendo a aula de realismo, como na experiência relatada pelo entrevistado 3. A reação do aluno demonstrou a eficácia da técnica, proporcionando um ensino articulado com a prática:

Nós, com os estudos de caso, aproxima bastante os alunos, eu achei interessante foi que uma das turmas quando nós apresentamos a imagem do corpo de uma vítima esmagada em um acidente, o aluno passou mal quando ele viu aquela realidade... Aí depois... É. Até nós perguntamos pra ele, aí ele falou assim que realmente ele não acostumado com aquilo e só teria que se adaptar [risos] (DOC-3).

A partir do Quadro 5, verifica-se que a técnica da demonstração ou aula prática foi a segunda mais utilizada, sendo mencionada por nove docentes. A MCN explica que a demonstração (ou aula prática) é apropriada para o ensino de uma ação ou procedimento policial, cuja vantagem é permitir ao professor realizar intervenções corretivas na execução feita pelo aluno (BRASIL, 2014). A popularidade da demonstração no CFP explica-se pela necessidade de o ensino formativo habilitar os alunos em um grande número de técnicas e equipamentos típicos da profissão policial, a exemplo das aulas de condução de viatura.

Eu primeiro realizava as aulas teóricas em sala de aula ou às vezes na própria área interna, através de flipchart, que eram feitas as demonstrações da parte teórica, as apresentações da parte teórica, depois eram feitas as demonstrações da execução dos exercícios e em seguida o aluno executava a parte prática (DOC-4).

De igual sorte, a demonstração mostrou-se adequada para articular teoria e prática, realizando a iniciação dos alunos em aulas de armamento e tiro – um dos componentes curriculares mais sensíveis do curso, em virtude dos riscos envolvidos. A demonstração funcionou como etapa inicial e segura para o ensino de manuseio dos armamentos utilizados no CFP antes das aulas de tiro, como narrou o docente 6.

Então eu tenho que mostrar como é que a arma funciona, como é que se pega numa arma, qual é a posição de tiro que você faz. Então até pra que o aluno possa perder o medo daquilo, que há muitas pessoas que nunca tiveram contato com armamento. Então quando você mostra todo o funcionamento, como é que monta, como é que desmonta, fazendo a pessoa ter aquela familiaridade com o objeto. Então isso facilita muito na hora que a gente pega e leva o aluno pra o stand pra fazer a prática (DOC-6).

O estudo dirigido ou oficina foi uma técnica mencionada por quatro docentes (Quadro 3). Apesar de incluir elementos da demonstração, difere-se desta porque, no estudo dirigido, espera-se do aluno “o desenvolvimento da capacidade de trabalhar, de forma livre e criativa, com conhecimentos adquiridos, aplicando-os a situações novas, referentes a problemas cotidianos da sua vivência...” (LIBÂNEO, 1990). O estudo conduzido na forma de oficina coloca o aluno numa situação de tomada de decisão diante de um cenário problematizado, como explicou o entrevistado 14.

Através de oficinas pra aula de uso diferencial da força que foi no curso de formação de 2014, nós montamos oficinas práticas e a última aula, que é a aula de avaliação, nós trouxemos três situações fáticas e colocamos os alunos em dupla pra executarem, adotarem né? e mostrar conhecimento da habilidade atitude na execução da melhor solução para aquela

atividade prática oferecida. E isso foi executado na sala do tatame (DOC-14).

A simulação ou dramatização foi a terceira técnica mais empregada pelos docentes entrevistados (Quadro 5). A MCN (BRASIL, 2014, p. 62), após conceituar a simulação, elenca-a como uma das técnicas de ensino apropriadas para articulação da teoria com a prática na formação policial. Na simulação, um cenário é construído para os estudantes vivenciarem papéis a partir de uma experiência, com o objetivo de conseguir uma aproximação consistente entre a teoria e a prática, aperfeiçoar as habilidades e atitudes e construir referências que ajudem a tomar decisões e a agir em situações similares.

A simulação pode ocorrer na forma de dramatização feita pelos alunos para que estes vivenciem como um policial deve agir ao fiscalizar um veículo, como descrito pelo entrevistado 8.

Nós pegamos uma viatura e colocamos em alta velocidade pra que ele constate lá. Além também de área externa pra que a gente faça um roteiro, onde a gente faz um teatro, que o ideal é que esse teatro... esse exercício é interno, é externo, melhor dizendo, e é no estacionamento do lado externo e a gente vai simular o que acontece 98% das vezes (DOC-8).

A eficácia das técnicas em propiciar um ensino que reproduzisse o contexto profissional ficou bastante evidente quando o aluno se viu numa situação crítica em que precisasse tomar uma decisão, como se vê na situação narrada pelo entrevistado 6.

Normalmente quando eram colocados em momentos de mais estresse, a maioria deles tinham reações adversas, como por exemplo, é... não conseguia executar o exercício pelo fato de estarem sob estresse ou não conseguiam executar de maneira perfeita o exercício (DOC-6).

A partir das análises e discussões feitas, conclui-se que a aula expositiva funcionou apenas como ponto de partida para a aplicação de outros métodos e técnicas pelos entrevistados. A MCN (BRASIL, 2014) propõe que um curso adequado à formação

policial deve despertar o interesse do aluno, articular conhecimento com a realidade e utilizar técnicas que privilegiem a resolução de situações problematizadoras sobre técnicas conservadoras. As técnicas empregadas pelos docentes do CFP como simulação, estudo de caso nascem a partir de problemas a serem resolvidos pelos alunos, exigindo a aplicação daquilo que foi aprendido, levando muitos deles à tomada de decisão em situações estressantes – similar ao que encontrarão na atividade. Dessa feita, as técnicas utilizadas pelos docentes colocam os alunos no protagonismo da ação didática, conduzindo-os à assimilação ativa dos conhecimentos (LIBÂNEO, 1990).

Assim, os achados debatidos neste subitem permitem afirmar que os docentes, de modo coerente com a concepção do ensino como práxis, optaram, em suas aulas, por métodos e técnicas potencializadores da articulação da teoria com a prática do ensino em contextos similares ao da profissão policial.

4.3 A EXPERIÊNCIA POLICIAL COMO ELEMENTO DE ARTICULAÇÃO

No exercício de qualquer atividade profissional, o homem realiza uma intervenção na natureza, tendo como fontes os conhecimentos científicos aliados a um conjunto de experiências vivenciadas na prática profissional denominado saberes profissionais (RAMOS, 2014). O saber experiencial foi amplamente citado por todos os entrevistados, motivo pelo qual mereceu uma discussão de como esse elemento contribuiu na articulação entre teoria e prática durante as atividades docentes.

Inicialmente, é importante ressaltar que existe uma dicotomia no seio policial entre aqueles que exercem atividades administrativas, os quais são vistos com desconfiança pelo segundo grupo, composto pelos policiais operacionais ou das “ruas”. A experiência na atividade-fim proporcionaria maior credibilidade e segurança nas aulas em comparação ao docente oriundo da atividade

administrativa, como afirmou o entrevistado 3.

Agora, a partir dessa experiência pessoal, de trabalhar nas área-afim, o que me dá mais segurança principalmente pra responder os questionamentos dos alunos, porque a gente observava isso muito quando o instrutor ele não trabalhava na área-fim, trabalhava numa área administrativa específica e ele não tinha práticas no atendimento a acidentes, do dia-a-dia. Então a gente percebia, eu já trabalhei com instrutor assim, a dificuldade dele responder algumas questões práticas que os alunos perguntavam (DOC-3).

Na linha de contribuição da experiência para a docência em um curso de formação, seis entrevistados trataram do tema (3, 6, 7, 9, 12, 14). Para eles, a experiência policial é um grande diferencial pela possibilidade de os casos reais serem utilizados em sala de aula para enriquecer e ilustrar as atividades docentes, como explicado pelo entrevistado 9.

E a experiência que nós instrutores temos da atividade-fim ou da própria instrução, é fundamental. A gente já tem a nossa experiência, as nossas passagens, como a gente diz - o tempo de pista - a gente ver muita coisa no dia a dia, e aquilo a gente usa pra nossas aulas. Sem dúvida nenhuma a parte operacional é muito importante pra nossa instrução das disciplinas operacionais, sem dúvida! (DOC-9).

Dessa forma, a experiência policial do docente funcionou como uma poderosa ferramenta didática articuladora da teoria com a prática, como se verifica na fala do entrevistado 7.

As histórias que a gente traz como policial de mais de 20 anos trabalhando, é o que fazem toda diferença nas aulas. Porque tu dá aula teórica, tu aplica a prática dessa aula teórica e tu conta um caso que tu viveu, né? Então é isso que faz a diferença dentro das aulas, na minha opinião (DOC-7).

Essas experiências docentes, uma vez compartilhados em sala de aula, validam o que a literatura denomina de saberes experiências. Esses saberes são “inventados na experiência e por ela validados e revalidados, incorporando-se a vivência

individual e coletiva sob a forma de *habitus*, rotinas e de habilidades de saber-fazer e saber-ser”. (GARIGLIO; BURNIER, 2012, p. 217).

De forma conclusiva, constatou-se que os entrevistados possuem uma situação favorável ao intercâmbio da sala de aula com a prática profissional por meio dos saberes experienciais adquiridos na linha de frente da atividade policial. Esses saberes aprofundam as práticas didáticas e funcionam como eficiente elemento articulador entre a teoria e a prática, pois foram construídos pelos próprios docentes enquanto policiais, trazendo para a sala de aula uma riqueza profissional que os alunos só poderiam adquirir após se tornarem policiais. Assim, a experiência profissional dos docentes, materializada em saberes experienciais, funcionou como recurso didático muito importante na promoção da articulação da teoria com a prática no CFP.

4.4 SITUAÇÃO JURÍDICA DO ALUNO COMO LIMITADOR DA ARTICULAÇÃO TEORIA-PRÁTICA

A aplicação do ensino, conforme visto, tem por finalidade munir o aluno de capacidade crítica para que possa intervir na sua realidade. Muitas vezes, essa aplicação do ensino, ou seja, a articulação entre teoria e prática não é satisfatória. Essa temática foi identificada na fala de onze entrevistados (1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14).

A maior dificuldade em proporcionar um ensino mais próximo da realidade foi a situação jurídica do aluno em formação apontada por sete entrevistados (1, 3, 4, 8, 9, 11, 12 e 13). Diferentemente do curso de formação para postos na Polícia Militar em que o candidato, após a matrícula, já passa à condição de policial, na Polícia Rodoviária Federal, essa condição só é atingida após finalizado o CFP. A condição de concursado do aluno foi apontada como limitadora porque geraria riscos não cobertos na relação jurídica de um concurso, como explicado pelo docente 8.

Eu tive no meu curso de formação, em 2012 a gente não conseguiu fazer. A grande discussão de tudo isso é porque o concurso não são policiais ainda, como eles não são policiais ainda é muito risco e aí a PRF adota a gestão de risco, levar eles pra uma atividade dessa pode gerar uma consequência legal muito grande, porque eles não são policiais (DOC-8).

Essa situação impediu, por exemplo, que aulas de direção de viaturas policiais fossem feitas em vias externas à ANPRF, como se constata na fala do docente responsável por essa disciplina.

O maior impedimento com relação à impossibilidade de realizar as aulas em ambiente externo. Poderia colocar em risco a vida do aluno, que não tem muita habilidade, e o prejuízo seria a deficiência, a impossibilidade do aluno ter contato com o trânsito real (DOC-4).

Além do risco, a situação do aluno impediu a participação em processos reais inerentes à atividade policial, como a consulta em sistemas de pessoas e veículos, atividade imprescindível em uma instituição de policiamento rodoviário.

Eu vejo assim, porque hoje o sistema ele só é aberto para profissionais cadastrados. Então, inicialmente o aluno teria que ser cadastrado, ele é aluno ainda. Então tá em processo de análise. Então ele não pode ter ainda acesso a uma ferramenta desse tipo, porque ele ainda não é profissional. Então ele não pode ter acesso a várias informações sensíveis, inclusive pessoais de outras pessoas (DOC-11).

As situações relatadas demonstraram como a condição de concursado limita o docente em proporcionar situações didáticas interligadas à realidade. Assim, os docentes reconhecem que as aulas em um ambiente controlado e fechado não articulam a teoria com a prática da mesma forma que ocorreria caso houvesse possibilidade de algumas dessas aulas serem levadas para o ambiente real da atividade policial, como explicado pelo entrevistado 13.

Infelizmente o que limita muito um curso de formação é que nós não temos guarida ou até mesmo fundamentação concreta pra levar o aluno pra uma aula prática, entendeu?... num

local real pra uma fiscalização, mostrar a realidade, e que isso eu acredito que seria... quando você trabalha a prática mesmo, fora dos muros de uma academia, numa vivência real, como é nos cursos especializados, muitas vezes você tem uma riqueza de aprendizagem muito maior do que quando você tá bem no centro do circuito fechado (DOC-13).

Interligado com essa situação de impossibilidade de submeter o aluno a situações didáticas no próprio ambiente policial, houve a reclamação de ausência na ANPRF de um ambiente que simulasse uma unidade policial numa rodovia: “a gente não tem um ambiente que simule uma rodovia, a gente às vezes tem que riscar o chão, pintar o chão pra simular uma rodovia” (DOC-1). Essa fala se junta à do entrevistado número 8, que fez reclamação similar da falta de ambiente, além de citar outros fatores que o impediram de realizar uma melhor articulação entre teoria e prática.

(...), mas em 2016 a carga-horária era maior, houve uma prevalência de conhecimento teórico em cima do conhecimento prático. Uma dificuldade que a gente tem que isso também reflete a falta de equipamentos, de material. O ambiente da academia é um ambiente insuficiente pra fazer isso, aí gera esses impactos. (...) Você não tem uma área pra dá instrução de policiamento. Eu não consigo, por exemplo, mostrar pro aluno como é que é uma rodovia, eu não vou com ele pra rodovia. Por mais que eu tente fazer um cenário lá, eu nunca vou conseguir passar (DOC-8).

O reconhecimento da impossibilidade de o ambiente formativo, por melhor que seja concebido, reproduzir as situações cotidianas da profissão policial (MONJARDET, 2002) foi resumido na fala do docente 9 ao reconhecer que “a questão da adrenalina, com estresse que o aluno tem no curso de formação e mais que a gente tente elevar isso, nunca vai ser igual ao da prática, é diferente...”. Essa impossibilidade se deve, segundo alguns entrevistados, à própria condição jurídica do aluno em formação – impeditiva de atividades que gerem risco pessoal – e constitui-se numa deficiência para uma maior articulação da teoria com a prática identificada nos CFPs estudados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos apontamentos conclusivos, retoma-se ao objetivo inicial deste trabalho, que foi identificar o modelo de articulação entre teoria e prática desenvolvido nos cursos de formação da PRF no período de 2014 a 2016. Tendo em vista os resultados da pesquisa, constatou-se que o CFP do período pesquisado articulou teoria e prática no modelo da práxis, ainda que se reconheça a existência de uma limitação importante a ser discutida mais adiante. Nesse modelo, teoria e prática se articulam de indissociável e interligado à realidade profissional (CANDAUI, 2002). Os principais achados da pesquisa confirmam essa afirmação.

Inicialmente, os resultados da pesquisa apontaram para uma concepção docente de um ensino sob o viés da práxis. A partir desse modelo, os docentes foram buscar métodos e técnicas variadas e alinhadas as recomendações da MCN (BRASIL, 2014) voltada a uma formação policial que prepara adequadamente o policial para as demandas sociais da profissão.

Constatou-se, ainda, que a atividade docente empreendeu esforços em propiciar um ensino relevante e contextualizado. Para atingir esse objetivo, os docentes utilizaram os saberes profissionais, ou seja, suas próprias experiências na profissão policial, como método didático para aproximar o aluno das vivências da profissão.

Entretanto, como limitação do modelo da práxis no processo de formação da PRF, apontou-se, nas entrevistas, que a condição jurídica do aluno seria impeditiva para a realização de atividades didáticas fora

dos ambientes controlados da UniPRF. Deflui-se que a ausência de atividades que permitam ao aluno aplicar os conhecimentos assimilados ao longo do CFP, em condições reais da profissão, limita os esforços de articulação da teoria com a prática identificados nos achados da pesquisa. Por conseguinte, o policial recém-egresso do curso de formação da PRF assume as atribuições da profissão policial sem nunca ter tido qualquer contato com o ambiente real dessa profissão – situação que poderia ser contornada pela adoção de um estágio ou atividade didática equivalente.

Pelo exposto, conclui-se que o CFP da PRF possui o mérito em propiciar um ambiente didático forjado para articular teoria e prática no modelo da práxis – adequado para preparar os policiais para as complexidades que cercam a profissão – mas peca em não propiciar ao aluno uma oportunidade de aplicação dos conhecimentos formativos em contexto profissional, o que enfraquece o modelo da práxis identificado nas entrevistas com os docentes.

Por fim, entende-se que a PRF necessita superar o entrave institucional que impede o aluno de participar de atividades formativas no próprio ambiente profissional. Dessa superação, depende o aperfeiçoamento do modelo de articulação da teoria com a prática adotado nos cursos de formação da instituição.

BIBLIOGRAFIA

BALESTRERI, Ricardo Brizolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: Capec, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Coleção Persona. Lisboa, edições 70, 1977.

BASILIO, M. P. O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: entre o modelo reativo e o contingencial. O Desafio da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Modelo Reativo e o Contingencial. **Administración y Desarrollo**, v. 38, p. 71-96, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3731155>. Acesso em: 13 set. 2019.

BATISTA, Gustavo Silvano GOUVEIA, Roberta Alves, CARMO, Renata de Oliveira Souza. A epistemologia da prática profissional docente: observações acerca de alguns desafios atuais. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 23, n.1, p.49-69, jan./jun. 2016.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

BEM, Arim Soares do; SANTOS, Sidcley da Silva. Entre a tradição e a inovação: A Matriz Curricular Nacional e a formação policial em Alagoas. **Dilemas**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 481-504, set. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/dilemas/article/view/7740>. Acesso em: 28 out. 2018.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. Série Polícia e Sociedade, n. 8. Nancy Cardia (org.) e Ana Luísa Amêndola Pinheiro (trad.). São Paulo: Edusp, 2003.

BRASIL. Decreto nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. **Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE...** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11784.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública**. Coordenação: Andrea da Silveira Passos. Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. Disponível em: http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.

BRUNETTA, A. A. Não-formal e informal no ensino policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, p. 130-140, ago/set 2015. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/511>. Acesso em 20 out. 2018.

BUENO, Samira e et. al. Análise da letalidade policial no Brasil. In: BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (orgs.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 13. São Paulo, FBSP, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em 29 jun. 2020.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Ver. Inster. Psic.** Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-181, jul-dez, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2020.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Portaria nº 86/2019/ANPRF, de 13 de maio de 2019** (Documento Eletrônico SEI nº 18862347). Boletim de Serviço Eletrônico de 17 maio 2019. Brasília, DPRF, 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS - FENAPRF. **Polícia Rodoviária Federal, 90 anos de Estrada: 1928-2018**. Brasília: 2018, 176p.

FERNANDES, A. Vitimização Policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n.2, p. 192-216, ago/set 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/vitimizacao-policial-analise-das-mortes-violentas-sofridas-por-integrantes-da-policia-militar-do-estado-de-sao-paulo-2013-2014/>. Acesso em: 30 maio 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2017**. Coordenação de Renato Sérgio de Lima e Samira Bueno. São Paulo, FBSP, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 09 nov. 2018.

FRANÇA, Fábio Gomes.; GOMES, Janaína Letícia de Farias. “Se não aguentar, corral!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, 142-159, Ago/Set 2015. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/19>. Acesso em: 27 out. 2018.

GARIGLIO, José Ângelo; BURNIER, Suzana. Saberes docentes na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo sobre o olhar dos professores. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.28, n.01, p.211-236, mar. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GOLDSTEIN, H. Policiando uma sociedade livre. Série Polícia e Sociedade n. 9. Nancy Cardia (org). Marcello Rollemberg (trad.). São Paulo: Edusp, 2003.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **O trabalho policial**: Estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA - CEP. **Parecer nº 3.545.486, de 30 de agosto de 2019**. João Pessoa, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LIMA, Renato Sérgio.; SINHORETO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da Segurança Pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 3, n. 1, jan./abr. 2015.

MINAYO, Maria Cristina de Souza. Vitimização Profissional. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 519-526.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação. **Educação Profissional, ciência e tecnologia** (online), v. 3, p. 119-128. Brasília, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6107>. Acesso em: 30 de ago. 2019.

MUNIZ, Jaqueline. A Crise de identidade das Polícias Militares: Dilemas e Paradoxos da Formação. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 187-198, 2001.

PILLETI, Claudino. **Didática Geral**. Campinas, Ática, 2004.

PIMENTA, S. G. e *et al.* A construção da didática no GT-Didática - análise de seus referenciais. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 18, p. 143-162, 2013.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **RBSP**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 22-31, 2007. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/3>. Acesso em: 27 out. 2018.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Soc., Estado**. Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 out. 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. O estudo de saberes profissionais na perspectiva etnográfica: contribuições teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, [S.l.] v. 30, n. 4, p. 105-125, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n4/06.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SCHABBACH, Letícia Maria. “Com a lei debaixo do braço”: Direitos humanos, formação e trabalho policial. **Dilemas**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 157-188, jan. 2015. ISSN 2178-2792. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7277>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SILVA, João Batista. Os novos parâmetros educacionais das Polícias Militares brasileiras: um exercício de análise a partir da formação profissional dos soldados da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, na primeira década do século XXI. **RBSP**, São Paulo, v. 6 n. 1, p. 48-73, fev/mar 2012. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/109>. Acesso em: 27 out. 2018.

SILVA, Welker Patrick Silva; VILARINHO, Tatiana Ferreira. Os impactos causados na matriz curricular do CFP com o reconhecimento da Pós-graduação em Polícia e Segurança Pública. **REBESP**. Goiânia, v. 11, n. 1, p. 86-93, jan/jun 2018. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/331>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FOR ENGLISH TO SEE OR TO SERVE SOCIETY? the articulation model of theory and practice in a police training course

ABSTRACT: The objective of this article was to identify the articulation model of the theory and practice of Professional Training Courses (CFP) of the Federal Highway Police (PRF) from 2014 to 2016. The methodology adopted a qualitative and exploratory approach, with data collection in semi-structured interviews with teachers, and treatment by content analysis. The results indicated for a teaching conception of application of teaching according to praxis. This conception materialized in the use of varied teaching techniques, with emphasis on the use of police teaching experience as a means of bringing students closer to the reality of the profession. However, the impossibility of offering the student in training didactic activities in the professional environment proved to be a mitigating element for the identified praxis model. It was concluded that overcoming this obstacle is crucial for improving the theory-practice articulation in the PRF formation process.

Keywords: Police Profession. Police training. Theory and practice. Professional Training Course. Federal Highway Police